

JARDINS SUSPENSOS DO ATLÂNTICO  
OU  
OS SÚBDITOS DE DIÓNISOS

Jorge Freitas Branco

**JORGE FREITAS BRANCO**

Doutoramento em Etnologia pela Universidade de Mainz, Alemanha (1984). Professor auxiliar do Departamento de Antropologia Social do ISCTE, colaborador do Instituto de Investigação Científica Tropical (ICT) e membro do C.E.A.S.. Autor de vários trabalhos, nomeadamente «Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)», publicado nesta mesma colecção. Investigações em curso sobre modos materiais de apropriação da Natureza e no domínio da museografia etnológica.

## 1. Insularidades oceânicas

No nosso imaginário as ilhas têm algo de mistério. Há que descobri-las, abordá-las, fixar rotas para reencontrá-las. Posteriormente servem de apoio, adquirindo então o estatuto de lugares conhecidos, porque a sua demanda passa a poder ser programada. Quando situadas ao longo dos trajectos transoceânicos, ganham importância, pois constituem o termo de etapas numa viagem longa, de um continente a outro. Preenchidos estes requisitos, as porções insulares transformam-se em placas giratórias. As escalas deixam de estar sujeitas à casualidade. Inserem-se num movimento regular, logo previsível.

A princípio, uma ilha é enigmática. À sua aproximação, não nos são revelados os seus segredos: a protecção proporcionada pelo litoral, o tamanho, as condições de habitabilidade, o grau de hospitalidade dos habitantes (quando existem), a possibilidade de fornecer abastecimentos. Tais incertezas levam a que sejam exploradas desde o mar, servindo a embarcação de reduto logístico e ao mesmo tempo de local para a retirada. De um modo geral, a ilha encontrada transforma-se em ponto referenciado, se oferece abrigo e se permite aos navegantes o lançamento de âncora, pisar terra, obter provisões e água doce. Com frequência, estas necessidades da navegação marítima europeia só estavam garantidas após o estabelecimento de relações de comum interesse com os insulares. Da troca mais efémera de alguns bens à instauração de redes de comércio especializado situa-se um percurso que implica um conhecimento mútuo. Tanto dos que viajam, como dos que assistem à escala. Dinâmica de confronto, a insularidade desencadeia um processo que conduz da apreensão à apropriação.

A noção de insularidade é contraditória e ambígua. Se, por um lado, a ela associamos uma porção de terra desconhecida, a ser sucessivamente aportada, a fim de não voltar a ser perdida, por outro, a existência de ilhas

e de arquipélagos garante uma cadeia de pontos de apoio e de referência numa deslocação longa. Elas não isolam, antes ligam.

### *1.1. Cenário inicial*

Relativamente à ilha da Madeira, o enunciado parece simplificado. Por não ter possuído população autóctone, o problema do encontro com os Europeus não se colocaria. Era uma terra virgem, onde a Natureza se auto-geria. Seria desde 1419 achada, povoada e moldada, a fim de constituir uma plataforma para viagens europeias de longo curso em direcção ao sul. Cedo esteve envolvida numa teia de rotas marítimas, sustentando um fluxo de mercadorias circulando entre continentes. Pode-se convencionar ter-se tratado dum povoamento assente na transposição gradual de indivíduos. Uma vez desembarcados, tornavam-se protagonistas da dilatação de uma sociedade (europeia) no espaço. Mas tanto a ilha, como a sociedade transposta, mantiveram guardados elementos de insularidade. A vida insular absorvia os impulsos iniciais, transformando-os.

Vertentes importantes do seu passado permanecem ainda hoje desconhecidas e, por isso, envolvidas em atmosfera misteriosa. Neste sentido, a Madeira encontra-se apreendida, localizada, mas não ainda apropriada, sobretudo no que respeita o universo situado para além da beira-mar na costa sul. Se não apagada é, pelo menos, uma memória esbatida, carente de conhecimento.

Estes séculos iniciais têm sido tratados na perspectiva duma análise do alargamento no espaço das estruturas societárias peninsulares. Historiadores debruçaram-se sobre o seu contexto de enquadramento externo, nomeadamente no que respeita a esfera económica atlântica (Mauro 1960, etc.). Os antropólogos têm-na ignorado, excepto em algumas referências ao prelúdio da expansão europeia (Wolf 1982: 110-112). No entanto este autor socorre-se dos trabalhos já clássicos sobre esta matéria de especialistas de história, não alterando a incidência do olhar. Pouco transparece para adiantarmos elementos sobre a vida insular, vista de dentro <sup>1</sup>.

### *1.2. Ocorrências dispersas em oceanos diferentes*

No intuito de alterar a intenção do olhar e, desta forma, contribuir para a elaboração de uma problemática distinta, começo por colocar uma questão em duas vertentes: quem descobre e para quem, e a percepção que os «descobertos» têm desse acto externo.

---

<sup>1</sup> Mesmo transpondo nos seus aspectos genéricos esta questão para outras áreas insulares do Atlântico, ocupadas pelos Portugueses, sobressalta a considerável produção de monografias geográficas, dedicada a várias ilhas, talvez representativas de arquipélagos; além da Madeira (Ribeiro 1949), foram publicados estudos sobre a ilha do Fogo (Ribeiro 1954), São Miguel (Brito 1955), São Tomé (Tenreiro 1961) e Corvo (Medeiros 1967). A perspectiva não incide sobre o estudo dos sistemas sociais.

Para tal regressemos à ilha da Madeira, situando-nos no século XVIII, a fim de compilar uma série de ocorrências importantes para o progresso do conhecimento acumulado pelo mundo ocidental na abertura e no confronto com novos espaços geográficos.

Nos anais das escalas marítimas à ilha não consta o nome de Louis-Antoine de Bougainville (1729-1811), visto não a ter incluído na sua volta ao mundo (1766 a 1769). Nos meios intelectuais europeus ficaria célebre a sua descrição de Taiti, a ilha do Pacífico recheada de mulheres belas e acessíveis, mais bonitas que as europeias, conforme nos deixou patente na obra «Voyage autour du Monde» (1771).

Se o navegador francês legaria à posteridade uma visão determinada daquela ilha longínqua, ao seu testemunho de europeu, juntar-se-iam brevemente outros, de observadores não menos conceituados, no entanto adestrados num espírito mais pragmático.

O comandante britânico James Cook (1728-1779) é certamente a figura mais destacada desta época em que uma Europa, consumida pela rivalidade entre nações, se projecta para o exterior. É uma fuga para a frente, desencadeando uma corrida pela aquisição e detenção de mais conhecimentos marítimos e geográficos. Três viagens de circum-navegação torná-lo-iam lendário para a posteridade (cf. Sahlins 1979). As suas expedições pretenderam dar resposta a questões e tarefas específicas.

Na primeira (1768 a 1771) foi incumbido de observar a passagem de Vénus pelo Sol, para o que se deslocou ao Pacífico, fazendo-o precisamente em Taiti. Permaneceu nesta ilha dos Mares do Sul bastante mais tempo que o seu rival francês. A bordo levava uma equipa de cientistas, destacando-se entre eles os naturalistas Sir Joseph Banks (1743-1820), proprietário de um herbário famoso na história da Botânica, e a assisti-lo, um sueco discípulo de Lineu, Daniel Solander (1736-1782).

Durante aproximadamente uma semana, no mês de Setembro de 1768, estiveram na Madeira, onde fizeram recolhas botânicas (Silva & Menezes 1984-I:125). Do relato desta escala retenhamos a imagem de beleza natural gravada na memória do cronista ou no diário de bordo oficial. A aproximação ao Funchal proporcionou aos forasteiros um quadro pitoresco e calmo, onde sobressaíam as vinhas. O verde das folhas parece ter dominado o colorido da paisagem em torno da cidade madeirense.

A segunda viagem cookiana (1722 a 1775) seria consagrada à busca sistemática da «terra australis». Esta expedição marítima permitiu refutar a existência de massas continentais no Hemisfério Sul, que contrabalançassem as do Norte. Constituiu uma autêntica conquista do Oceano Pacífico, uma vez que o Atlântico já era sobejamente conhecidos dos Europeus. Neste segundo empreendimento o comandante Cook teve de se fazer acompanhar de outros cientistas. A escolha recairia sobre um naturalista alemão residente em Londres. Levou o filho, o jovem Georg Forster (1754-1794), que posteriormente se tornaria um intelectual influente na sua pátria. Para

além de redigir uma obra sobre a sua volta ao mundo, sob o comando de James Cook, promoveria na sua terra a literatura de viagens como género literário e científico, e, aderindo aos ideais da Revolução Francesa, viu-se compelido ao exílio, vindo a falecer em Paris.

Novamente a Madeira serviria de escala, não só pela situação privilegiada na rota do cabo da Boa Esperança, mas mais ainda pelas ligações comerciais estabelecidas com o mundo dominado pelos Britânicos. A obra de Georg Forster «Reise um die Welt»<sup>1</sup> contém um capítulo dedicado à Madeira, onde se dá conta de inúmeros assuntos da realidade insular. É notável o interesse manifestado não só pela história natural, como pelo andamento das questões da esfera pública, do comércio ou das penosas condições de vida da população camponesa.

Chegaram à ilha a 28 de Julho, partindo a 1 de Agosto de 1772. Das suas impressões retenhamos a descrição da paisagem. Era a costa sul, onde o autor confessa sentir-se numa terra encantada, se deslumbra com o anfiteatro natural envolvendo o Funchal, assemelhando-se-lhe o conjunto aos Jardins Suspensos de Semíramis (Forster 1971:49). Ficamos igualmente a saber que entre as provisões carregadas, havia vinho. No plano científico, recolheram exemplares da flora, lamentando pai e filho a pobreza insular no domínio faunístico. Outras informações podem hoje, aos nossos olhos, adquirir teor antropológico: o jovem Forster atribui o tamanho grande do pé da maioria dos camponeses à necessidade de galgar as montanhas, embora não os ache desagradáveis na sua aparência física. As mulheres, porém, seriam feias, pálidas e pequenas (Forster 1971:54), se comparadas com as da Europa do norte.

A terceira viagem do comandante Cook (1776 a 1780) seria a derradeira, a mais dramática e talvez a mais votada aos assuntos práticos que preocupavam o Almirantado britânico. Tinha por incumbência navegar em busca de uma passagem, a norte, entre o Atlântico e o Pacífico. No desempenho desta árdua tarefa comprovou mais uma vez os seus conhecimentos de ciência e técnica náuticas, a sua capacidade de comando, e a determinação em encetar uma época de navegação oceânica para descobertas pacíficas. Encontrou as ilhas de Havai. Aos anfitriões polinésios garantiu um regresso para breve. Cumpriu a promessa, e nesta segunda estadia será morto por um havaiano no dia 14 de Fevereiro de 1779 (cf. Sahlins 1981). No contexto imediato que nos interessa, nada há a acrescentar relativamente à Madeira, pois este empreendimento marítimo de exploração científica não escalou a ilha.

Os factos e enredos expostos contêm matéria susceptível de ser ordenada, de modo a aparecer um eixo estruturador e unificador das ocorrências dispersas, sucedidas em dois oceanos.

<sup>1</sup> Esta versão alemã — baseada numa segunda edição preparada pelo autor — é mais ampliada do que uma anterior publicada em Londres, intitulada «A Voyage round the World» (1777).

Em primeiro lugar, verifica-se que o papel de placa giratória atribuído à Madeira data de um período anterior na expansão europeia, em que Portugueses e Espanhóis lideraram um processo de descobertas centrado no conhecimento marítimo e na conquista ou ocupação de pontos de apoio ao longo das costas dos dois continentes banhados pelo Oceano Atlântico. As ilhas nele espalhadas constituíam suportes no seio de uma dinâmica oceânica.

Em pleno século XVIII, a pequena ilha portuguesa encontra-se inserida numa rede de comércio transoceânico, contribuindo com uma produção afamada, e na qual se especializa. Do ponto de vista do domínio político dos mares, tal facto revela o poder da Grã-Bretanha. Esta nação aniquila a liderança ibérica das centúrias anteriores. Ao ser escalada pelas grandes expedições científicas britânicas — as mais notáveis da época —, a caminho para a abertura de novos espaços — o Pacífico —, a Madeira é vista como uma ilha familiar, porque integrada num certo sistema comercial conhecido dos forasteiros. As suas descrições da ilha traduzem essa visão: a beleza da paisagem, a omnipresença das vinhas, uma população feia, um pouco de mistério naquela porção de terra firme, a desvendar por meio do trabalho sistemático dos naturalistas.

Perante realidades insulares distintas, em oceanos diferentes, o comportamento dos exploradores é também diverso. Se no primeiro dos contextos geográficos, as relações de força estavam definidas por uma desigualdade de facto, na Polinésia ou na Melanésia, os mesmos Europeus esforçaram-se por estabelecer inicialmente uma relação equilibrada e pacífica com as populações recém-contactadas. Importava ganhar a sua simpatia e admiração, mesmo à custa do sacrifício da própria vida, como aconteceria a James Cook.

Em duas ilhas de dois oceanos, os mesmos Europeus reagem com motivações distintas. Na primeira das situações, trata-se de uma apropriação consumada da porção insular; uma apreensão cautelosa caracteriza a segunda.

### *1.3. O imperativo da comparação*

Os casos discutidos evidenciam uma reacção diferenciada à insularidade oceânica. Enquanto as descrições setecentistas dos Mares do Sul têm sido alvo de tratamento e análise (cf. Sahlins 1981, 1985), importa no caso da Madeira encetar uma reflexão, que conduza ao enquadramento da imagem elaborada pelos Europeus em trânsito, ou seja dos não-portugueses. A atitude de reserva cautelosa, ou mesmo de mistério, perante esta ilha portuguesa no Atlântico é transmitida por textos, cujos autores sentem a necessidade do recurso à comparação. Assim sucede a Georg Forster ao pretender exprimir e veicular as suas sensações de visitante e observador. O encantamento irradiado pela ilha é transferido pelo naturalista para o quadro mental que lhe é familiar. Estabelecendo um paralelo com a Antiguidade, não hesita em rever na paisagem madeirense uma réplica dos Jardins Suspensos, suporte do esplendor de Babilónia. Em termos etnográficos

a ilha não facultava uma resposta à curiosidade exótica desejada e esperada nos Mares do Sul. A alternativa é canalizar os aspectos inerentes à sensação de enigma e sedução para o domínio da Natureza. Os parâmetros da sociedade insular assentam em pressupostos tidos por conhecidos, tais como a sua submissão ao incremento do comércio — então o padrão ocidental para medir o progresso da sociedade humana e ao mesmo tempo o avanço do bem-estar social. Deliberadamente a descrição de Forster parece dissociar Natureza e Sociedade.

O sentimento de encantamento vivido na Madeira por forasteiros, incute particularidade à ilha. É uma das deduções possíveis ao confrontar descrições sobre outras insularidades atlânticas. Regra geral são consideradas pouco beneficiadas pelo elemento natural. É assim que reage o mesmo Forster ao referir-se à realidade de miséria e fome constatada no arquipélago de Cabo Verde (Forster 1971: 65-73). Aqui o autor não se deixa arrebatado nem recorre à comparação com a Antiguidade.

No olhar europeu sobre as ilhas perdidas nos oceanos reside um ímpeto de procura da harmonia global. A sua expressão assume formas variadas. Ora estamos perante uma Natureza pródiga, onde a sociedade humana não destoa, porque até o clima favorece esse estado de coisas; ou então, se a Sociedade já está ferida de desigualdade e de injustiça, a paisagem pode ainda perpetuar uma visão esbatida duma harmonia inicial. Talvez por este motivo, o programa científico e a razão prática das viagens cookianas abrangessem actividades várias, incluindo a recolha de artefactos nos Mares do Sul e na costa noroeste americana (Germer 1975, Museumsgruppe 1979, Kaeppler 1978). Contudo, no que respeita à Madeira, naturalistas (e tripulantes) somente se preocuparam com a herborização. Os horizontes apropriados em grau diferente equivalem à já acima referida separação entre a Natureza e a Sociedade.

#### *1.4. Construção do tema*

A abordagem dos contextos em que se produziram situações díspares envolvendo insularidades oceânicas, proporciona um quadro determinado de elementos. Entre eles, pretendi realçar a questão dos desfazamentos temporais e espaciais perceptíveis. Na fase pioneira de descoberta do Atlântico, a Madeira constituiu um destino. No século XVIII, ela era há muito uma escala possível num trajecto rumo a lugares distantes e noutras oceanos. No âmbito deste trabalho, importa indagar o significado desta alteração. Trata-se de uma mudança nas preocupações dos Europeus, com implicações diversas. A informação evocada para apresentar a Madeira é de origem inglesa, no sentido mais amplo, da Europa não-ibérica. Há, pois, como que um desdobramento dentro da Europa, ao construir imagens. Neste caso, as missões comandadas por James Cook, fornecem os ingredientes para uma visão europeia, mas não-portuguesa, da ilha da Madeira.



Se tal se pode afirmar genericamente, outros elementos existem a ajustarem-se como pormenores de fundamentação desta perspectiva. Assim, e ainda através da passagem do lendário comandante Cook, encontramos uma variável característica do processo europeu de alargamento dos horizontes geográficos. Do ponto de vista ocidental, a distinção entre ilhas como a Madeira por um lado, e as dos Mares do Sul por outro, residia no facto de numa estar o metal introduzido, quando lá chegam. Haviam-no feito outros Europeus, ao iniciarem o seu povoamento no século XV. No Pacífico, contudo, ele ia ser levado e dado a conhecer aos nativos — talvez esta a função inconsciente da aquisição de artefactos exóticos por permutas. Se o interesse e a curiosidade dos Europeus em recolher objectos «etnográficos» era notório em relação aos povos recentemente contactados, na Madeira achou-se mais apropriado colectar no domínio da Botânica. Este desinteresse «etnográfico» na pequena ilha atlântica levanta uma questão de índole mais ampla, a dos termos possíveis de troca, ou do tipo de relações estabelecidas com as diversas populações insulares.

No Pacífico, a curiosidade pelas produções materiais locais era, entre outras razões, uma forma de inaugurar intercâmbio, um pretexto para dialogar, um modo de adquirir víveres e água doce. Por essência, desencadeava uma estratégia para criar amarras.

Na Madeira, a aquisição de mantimentos para a prossecução da viagem, processou-se em moldes anteriormente institucionalizados, manifestando-se aqui outros termos de troca. Inquestionáveis as amarrações, urgia mantê-las apertadas. Neste contraste creio residir outro problema, o do papel então atribuído aos artefactos «exóticos», como testemunho material de sociedades estranhas. Um objecto trazido do Pacífico poderia ser submetido na Europa a leituras múltiplas: simples curiosidade para deleite estético, enquadramento morfológico, funcional ou simbólico. Uma colecção de elementos materiais de cultura originária da Madeira proporcionar-se-ia, quando muito, para a avaliação das condições e do progresso no domínio da agricultura. Não constituiria uma das chaves possíveis para elaborar um discurso sobre outra sociedade.

Resta-nos assim a base comparativa que Europeus aplicaram à Madeira no século XVIII: a associação à Antiguidade, através da menção a Babilónia. Fixando os contornos à questão que pretendo aprofundar, volto a sublinhar o pormenor da paisagem que tanta admiração provocava: a vinha. Será que nestes jardins suspensos imperava uma realidade subjugada por um espírito dionisíaco?

## 2. Os Jardins Suspensos do Atlântico

### 2.1. A apropriação directa da Natureza

As descrições feitas por forasteiros durante a segunda metade do século XVIII constituem informação que reflecte as condições da respectiva recolha.

O observador estava de passagem, e estabelecia os contactos essenciais para garantir o prosseguimento da sua viagem. Por isso, escasseiam referências à realidade interna. As principais fontes de informação, tanto de J. Cook como de G. Forster foram os membros da colónia britânica instalada no Funchal.

Por estas razões, o resto da ilha, quer no aspecto geográfico, quer em termos de dados sobre a vida social, é ignorado. Conhecemos a beleza natural, mas pouco se sabe das implicações das vinhas dominando a paisagem.

O principal propósito deste trabalho consiste em tentar penetrar nessa parte oculta da Madeira, privilegiando as vertentes ligadas ao quadro de aplicação e de gestão dos recursos ecológicos. Pretendo analisar o âmbito de apropriação da Natureza insular, o que equivale à tentativa duma «descoberta» interna assente em moldes diferentes.

Olhando para o seu interior, a ilha apresenta-se ao observador como uma massa montanhosa compacta, cujo perfil geral dá conta desta característica físico-geográfica (Figura 1) <sup>1</sup>. Detenhamo-nos em duas perspectivas emitidas respectivamente em meados do século XVIII e em princípios do XIX. Elas fornecem materiais consistentes para discussão.

Em Julho de 1759 reacende-se uma polémica institucional entre os poderes políticos sediados no Funchal. Perante a vontade do governador em tornar os habitantes da ilha menos dependentes da importação de alimentos, este solicita ao Município da cidade que tome posição sobre a possibilidade de se ampliar a área agrícola disponível.

---

<sup>1</sup> Alguns dados sobre a ilha, de acordo com várias fontes. Paulo Dias de Almeida refere que a Madeira está «situada em 32° 37' 30" de Latitude Septentrional, e 7° 57' Longitude Ocidental. Sua maior extensão da Ponta do Oeste, ou Ponta do Tristão à Ponta de Leste ou Ponta de S. Lourenço 9,5 léguas planas, e na sua maior largura, da Ponta da Cruz de S. Jorge três léguas e 5/8 de légua e a maior altura 7.185 palmos.» (Almeida 1909: 473). Karl Mittermaier (1864) refere como maior extensão de este para oeste 31,5' ou aproximadamente 8 léguas alemãs. A maior largura 12,5' ou pouco mais de 3 léguas alemãs, no sentido norte sul, entre a Ponta de S. Jorge e a Ponta da Cruz; o ponto mais elevado, o Pico Ruivo, atinge 6.056 pés (norma inglesa). No que respeita os parâmetros actuais, a descrição da localização da ilha da Madeira varia um pouco consoante a fonte consultada. A «Encyclopaedia Britannica» localiza-a no arquipélago do mesmo nome, situado no Atlântico Norte, tendo uma extensão máxima de cerca de 34 milhas, uma largura máxima de aproximadamente 14 milhas, correspondendo a superfície a quase 315 milhas quadradas; o ponto mais elevado é o Pico Ruivo com 6.106 pés (1.861 metros). A «Enciclopédia Luso-Brasileira» descreve a Madeira como fazendo parte dum arquipélago do Atlântico Oriental, entre lat. 30° 1' N, long. 15° 51' e 17° 15' O, a cerca de 796 quilómetros da costa africana, frente ao Cabo Branco. Tem uma superfície de 796,86 quilómetros quadrados e a maior elevação 1.861 metros (Pico Ruivo).

A resposta dos membros da Câmara (Arquivo Histórico Ultramarino, coleção Madeira, n.º 173) é clara. Pugnaram pela manutenção da situação existente. Argumentam da seguinte forma. É inegável encontrar-se a maior parte dos terrenos da ilha inculta, mas também há que constatar reduzir-se o povoamento a uma faixa circundando o litoral, pois as serras contrariam uma ocupação mais dispersa.

A expansão da área sujeita a permanente agricultura implica, por isso, o aproveitamento de superfícies em declive que, consoante o local, são mais ou menos inclinadas. Desde tempos recuados tem-se verificado como essas vertentes são anualmente lavadas pelas chuvas invernais, daí resultando uma acção erosiva considerável. O endurecimento destes solos agricolamente desaproveitados atenua o ímpeto da erosão.

Se estes terrenos tiverem de ser sujeitos a lavras, cavas e sementeiras, a terra fica solta, transformando-se então em presa fácil das intempéries. Rapidamente a ilha ficaria reduzida a rocha viva.

Finalmente, há que ter em conta, ser necessário dispôr de elemento fertilizante para obter colheitas. Para tal impõe-se queimar a vegetação rasteira, cujas cinzas beneficiam o solo. Mas como o crescimento da giesta é lento, só a intervalos de 6 ou 7 anos tornar-se-ia possível produzir nos terrenos em causa.

Além disso, a vantagem a tirar destas colheitas seria enganadora. Uma vez desbastada a vegetação serrana, logo estariam desprotegidas as nascentes de água, que secariam. Com a ilha, a curto prazo, desprovida de água todas as suas terras ficariam estéreis, mesmo nas zonas próximas da beira-mar.

Os autores terminam sugerindo o aproveitamento de algumas zonas planas do interior, recomendando a plantação sistemática de arvoredos (castanheiros e nogueiras) como meio para reter a terra arável, e lembrando que os frutos destas árvores proporcionam alimento aos inúmeros habitantes carentes de sustento.

A opção expressa é clara. O estado em que se encontrava a ilha não era consequência do desconhecimento ou desleixo da classe dominante, mas o resultado calculado duma experiência secular no manejo dos recursos ecológicos.

Quase seis décadas volvidas encontramos outro testemunho minucioso, desta vez do punho de um funcionário da Coroa. Para além das preocupações de índole militar que naturalmente o absorvem, o sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros Paulo Dias de Almeida, dá-nos uma visão da ilha, rica em pormenores locais e entreabrindo outros horizontes (Almeida 1817). As suas informações não só desvendam dados sobre as localidades de maior importância administrativa, como enunciam alguns dos hábitos das populações. A análise dos elementos estatísticos compilados pelo autor do documento permite reflectir em torno de uma série de problemas, além de proporcionar uma leitura das quantificações fornecidas (Quadro I).

Quadro I

Distrito	Freguesias	Habitantes	Situação
Calheta .....	7.0	12 656	N
Ponta Delgada .....	4.0	5 152	N
Porto da Cruz .....	3.0	8 114	N
Porto do Moniz .....	3.0	4 019	N
São Vicente .....	1.0	3 946	N
Câmara de Lobos ...	2.0	6 550	S
Campanário .....	1.0	2 446	S
Caniço .....	2.5	2 596	S
Funchal .....	9.0	23 308	S
Machico .....	2.0	3 624	S
Madalena .....	1.5	640	S
Ponta do Sol .....	1.5	6 407	S
Ribeira Brava .....	3.0	5 222	S
Santa Cruz .....	2.5	3 965	S
Totais .....	43.0	88 645	

Constata-se como a divisão administrativa da ilha, ao nível dos distritos então existentes, comprova um cuidado tido em retalhar o território, de forma a serem criadas fatias, do interior para a beira-mar. A única excepção, a Madalena, justifica-se pela situação litoral duma localidade envolvida por um imponente arco montanhoso, que quase lhe veda o acesso ao interior por via terrestre. Quanto às freguesias, o panorama esboçado parece diferente. Neste caso a divisão territorial traduzirá uma preocupação em corresponder à distribuição real da população.

Para a grande maioria dos habitantes, no seu dia-a-dia, este pormenor deve ter tido pouca relevância, uma vez que a circulação das pessoas se processava sem restrições. No entanto, esta modalidade de distribuição administrativo-territorial teve certamente outras consequências no plano prático, nomeadamente no que respeita às receitas municipais colectáveis através da concessão de licenças para o corte de árvores <sup>1</sup>.

Contudo, afigura-se-me mais importante tentar entrever na hierarquia funcional da organização administrativa insular um dado estrutural pouco perceptível num primeiro relance. É que, se as freguesias respondiam de certa forma à implantação real da população, havendo até algumas repartidas por dois distritos, pode-se inferir deste facto, traduzir a divisão dis-

<sup>1</sup> «As câmaras nesta parte têm sido muito descuidadas, não obrigam a cultivar as pessoas que o podem fazer; concedem licenças a troco de 400 réis que esta custa, para cortarem o arvoredo que quiserem, com a condição de que seja distante de água, e isto não se observa, porque os meirinhos da serra são sempre campónios, pobres e dependentes dos cortadores; (...)» (Almeida 1909:482).

trital um quadro institucionalizado global de apropriação da diversidade ecológica existente na ilha. Trata-se neste momento de uma hipótese de trabalho, a ser submetida a verificação posterior.

Um ponto referido com insistência pelo sargento-mor engenheiro é o estado dos ancoradouros, dos cais e dos portos (Quadro II).

Embora esta questão se prendesse com a política defensiva, não se pode menosprezar a importância económica das comunicações marítimas, porque o relevo insular tornava quase nulas as ligações terrestres. No escoamento das produções agrícolas citadas sobressalta o papel do vinho, como a principal mercadoria a ser movimentada. Podemos mesmo afirmar, que a maior parte se destinava ao Funchal. Mencionam-se ainda outros produtos, como lenha e verduras da «costa de Baixo». São artigos de grande procura no único centro urbano da Madeira. Não é possível apurar a movimentação, nem o destino do cereal, que, de acordo com os números tem colheitas mais fartas nas zonas de pouca população.

Quadro II

Embarque	Situação	Distrito
Arco de São Jorge	N	Ponta Delgada
Boaventura	N	Ponta Delgada
Paúl do Mar	N	Ponta do Pargo
Ponta Delgada	N	Ponta Delgada
Ponta do Pargo	N	Ponta do Pargo
Porto da Cruz	N	Porto da Cruz
Porto do Moniz	N	Porto do Moniz
Ribeira da Janela	N	Porto do Moniz
Seixal	N	Porto do Moniz
São Jorge	N	Porto da Cruz
São Vicente	N	São Vicente
Arco da Calheta	S	Calheta
Calheta	S	Calheta
Caniçal	S	Machico
Câmara de Lobos	S	Câmara de Lobos
Funchal	S	Funchal
Jardim do Mar	S	Calheta
Machico	S	Machico
Madalena	S	Madalena
Ponta do Sol	S	Ponta do Sol
Porto Novo	S	Caniço
Reis Magos	S	Caniço
Ribeira Brava	S	Ribeira Brava
Santa Cruz	S	Santa Cruz

Ao introduzir nos Quadros I e II a variável «situação», não contemplada no documento em discussão, pretendo chamar a atenção para uma assimetria estrutural, patente a diversos níveis da realidade insular: a disparidade entre o sul e o norte. O mapa da população, visto nesta perspectiva, comprova a existência de uma situação conhecida. O grosso dos madeirenses, para além de preferir a beira-mar, encontra-se instalado no sul da ilha. Registe-se o caso da Calheta, a ocidente, que constitui uma excepção a esta regra.

Uma carência apontada pelo autor da «Descrição» em toda a ilha vem na consequência do desaproveitamento da água, um recurso abundante, graças às inúmeras nascentes localizadas nas serras. Critica severamente a ausência de infra-estruturas de irrigação, como também os desbastes de arvoredos, não só nos cimos das montanhas, como nos declives, o que ocasionava o desaparecimento das nascentes.

Ao abordar o costume dos camponeses, de procederem a queimadas na preparação das sementeiras (Almeida 1909: 482-483), a nossa fonte retoma uma das questões debatidas em 1759. Os impactos negativos enumerados coincidem com os argumentos invocados várias décadas antes pelos membros do Município funchalense.

Que nos traz o confronto dos dois documentos?

Tendo em conta o período da sua redacção, eles são diferentes pelo objectivo a que se destinam. É justamente o enfoque distinto que nos permite utilizá-los com um grau elevado de fiabilidade, pois trata-se de uma sua análise qualitativa. Ficamos assim salvaguardados de reservas justificadas que a «Descrição» pode suscitar, se usada como fonte quantitativa. A leitura aqui realizada dos elementos compilados por Paulo Dias de Almeida parece-me fidedigna, se entendida em termos de tendência geral proporcionada pelo documento no seu conjunto. Na medida em que vários dos pontos referidos coincidem na sua essência com a reflexão transmitida pela posição municipal, assumida em meados do século XVIII, pode-se aceitá-los como seguros para constituírem eixos estruturadores da argumentação.

Relativamente ao primeiro documento, é clara a preocupação de fazer uma interpretação geral do aproveitamento ecológico da ilha, no sentido de preservar um equilíbrio naturalmente periclitante. É explícito o empenho em mostrar a inevitabilidade da viticultura, em detrimento de outras produções. A este respeito, o documento posterior parece evidenciar uma vontade do autor em salientar as potencialidades de recursos naturais quase desaproveitados, como a água. Encontramo-nos perante duas posições decorrentes de uma mesma realidade: aos defensores da especialização insular numa única produção agrícola opunham-se os partidários da diversificação na agricultura madeirense.

A discussão preliminar deste material conduz a concluir, ter sido possível, graças à conjugação de diversos elementos, constatar como o processo

de apropriação directa da Natureza se processava ao longo de um eixo vertical. Esta estratégia, subjacente à divisão territorial dos distritos administrativos, permitia dividir a ilha em porções, de forma a que cada uma dispusesse de igual participação na variedade de recursos ecológicos próprios da progressão desde a beira-mar até às altitudes despovoadas do interior. Sabendo-se que a população residia maioritariamente junto ou próximo à orla marítima, deduz-se a verticalidade proposta. Qualquer produção destinada a ser escoada, tinha que ser trazida para um dos pequenos portos locais. Neste contexto, compreende-se a preocupação de Paulo Dias de Almeida em se debruçar sobre o estado deste tipo de infra-estruturas (Quadro II).

Antes do ponto seguinte, gostaria de chamar a atenção para o facto de vir referido vinho em pipas, como a mercadoria movimentada nestes modestos portos madeirenses.

## 2.2. O aproveitamento dos andares ecológicos

Os adversários da proposta formulada pelo governador em Julho de 1759 (Arquivo Histórico Ultramarino, colecção Madeira, n.º 174) eram partidários da manutenção da situação prevalecente, pelo menos em termos de aproveitamento agrícola. Pretendiam desmotivar qualquer esforço para incrementar a produção de cereal.

Esta atitude assentava numa lógica coerente, do ponto de vista ecológico, para os interesses dum grupo social. Daí a sua oposição ao uso dos terrenos em declive, muito mais vulneráveis à acção das forças erosivas. Uma vez sujeitos a aproveitamento, iriam pôr em risco as plantações de vinha situadas nas terras mais baixas. O abandono das áreas a maior altitude obedecia a uma estratégia premeditada para protecção das videiras.

A situação relatada para o início do século XIX não deixa entrever quaisquer alterações, sublinhando aspectos pormenorizados do quadro anteriormente exposto. O autor não cessa de criticar a incúria dos camponeses e o descuido das autoridades locais no respeitante ao estado das culturas. Menciona o vinho, lamenta a improdutividade de cereal sobretudo nas zonas a oeste.

Deste conjunto de dados transparece mais um facto: a ilha alberga andares ecológicos distintos.

Uma zona de altitude compreendendo as serras, o grande planalto interior inabitável conhecido por Paúl da Serra, e as vertentes mais inclinadas das montanhas. Do ponto de vista do aproveitamento dos recursos, trata-se duma área de vegetação rasteira (giestas, urzes, etc.), e em locais mais abrigados, de restos de matas de lauráceas (considerada espécie indígena), onde a população recolhia lenha e madeira, além de soltar gado. Seguindo a argumentação de 1759 esta zona seria a maior, em termos de superfície. A restante parte da ilha, em direcção à beira-mar estaria agricultada, dominando a vinha.

Através de várias fontes da época já estudadas, sabemos que videiras e terras de cereal disputavam entre si muitas vezes a primazia em termos de ocupação do espaço (Branco 1987: 195-197). A paisagem agrícola reflectia deste modo um conflito de ordem social. Enquanto o grupo dominante dependia do vinho, a população camponesa necessitava também de produzir cereal. A relação de forças interna e a conjuntura macro-económica faziam pender a balança para o lado da viticultura. Verificou-se atrás, que as videiras encontravam condições ecológicas propícias em todos os distritos da ilha, ocupando os terrenos próximos do litoral. E isto, porque se tem de atender às variações climatéricas e a outros factores. Com a progressão em altitude, as temperaturas médias anuais sofrem maiores oscilações. Compreende-se que o cereal tenha sido relegado para as franjas dos terrenos mais altos, onde as sementeiras se realizavam a intervalos longos, pela necessidade de empreender queimadas prévias.

Qual o âmbito do aproveitamento ecológico da ilha, de acordo com os testemunhos disponíveis?

A estrutura do relevo acentuado da ilha, caracterizada pela sua progressão quase uniforme do litoral para o interior, localizando-se precisamente aqui as altitudes, transforma-a numa massa compacta flutuando no oceano, onde quase só as encostas viradas para o mar e alguns vales eram susceptíveis de agriculturação. Assim o resultado da acção humana sobre essas encostas surgia aos olhos do forasteiro, chegando pelo mar, como uma imensa edificação de jardins sustentados por sucalcos. Desta configuração nasceu a comparação com os Jardins Suspensos de Babilónia, feita por Georg Forster, ao admirar o Funchal e seus arredores de bordo do navio. A imagem transmitida pelo naturalista não era descabida. Deixando-se arrebatado pelas vinhas, talvez olhasse superficialmente para o cereal. Louvou o vinho, pressentiu as carências dos camponeses. Será que não se cultivava grão naquela área, ou teria sido o período de observação — finais de Julho —, a ocultar uma parte da realidade? Dispomos de elementos suficientes para que se possa afirmar, haver fundamento para ambas as hipóteses. O nível de penetração na realidade da vida interna insular em que nos encontramos permite afirmar, não serem os «Jardins» homogéneos. Paulo Dias de Almeida dá quantitativos de cereal para a zona em discussão.

Progredindo um observador em altitude, constata uma alteração das condições ecológicas e, em consequência, uma modificação das culturas mais adequadas ao local. Além disso, foi referido atrás o quadro no qual determinadas forças sociais pretendiam aplicar e gerir esses recursos. Nesta base, é possível distinguir dois andares ecológicos sucessivos: um, mais baixo, com parâmetros de ordenamento orientados segundo as exigências da vinha; outro, superior e muito mais extenso, abrangendo o restante espaço disponível, onde a população se dedicava a produzir o seu sustento ou, no caso das serranias, à recollecção de material essencial à sua sobrevivência quotidiana.



### 2.3. O sentido da circulação de bens

A população camponesa madeirense garantia o seu alimento explorando no sentido vertical a diversidade de recursos ecológicos proporcionada pela ilha.

A configuração do relevo, dificultando ou impedindo as comunicações terrestres, impunha o escoamento das produções agrícolas por mar. A realidade insular depara-se-nos idêntica a um aglomerado de pequenas «ilhas» reunidas numa outra. Cada ancoradouro, cais, varadouro ou pequeno porto era o termo provisório dum sistema sócio-económico local, que integrava, em termos de organização da apropriação dos recursos ecológicos, as variações derivadas de um escalonamento imposto pelo aumento gradual do factor altitude.

O imperativo do transporte marítimo imprimia à circulação de bens um sentido estrutural diferente, ao efectuar-se num eixo horizontal. Se anteriormente havíamos detectado uma orientação vertical no processo de apropriação ecológica, deparamo-nos agora com uma fase posterior, dentro dum mesmo sistema. O controlo exercido sobre a globalidade dos recursos da Natureza resulta da associação destes dois eixos. Enquanto a verticalidade garantia a acção produtiva e de transformação do ambiente natural, a horizontalidade assegurava a circulação de bens no plano supra-local.

Resta averiguar as implicações desta articulação estrutural na esfera das relações sociais. Para prosseguir a desmontagem é necessário introduzir mais elementos na análise.

## 3. Diónisos paira no Atlântico

### 3.1. Uma vocação encontrada

O Quadro III apresenta um panorama das produções manifestadas, onde as indicações referentes a vinho e a cereal estão expressas em pipas e moios respectivamente. O documento reporta a produção apurada para o ano de 1813, sendo novamente de ressaltar o seu valor indicativo e conjuntural. Deverá de igual modo encarar-se a provável omissão parcial dos resultados de colheitas e vindimas, por motivos que se prendem com tentativas de fuga à tributação em géneros, ou à partilha equativa com os senhorios por parte dos camponeses dependentes. São factores a contribuir para alimentar canais informais de circulação de bens (na linguagem oficial actuação considerada contrabando).

Relativamente ao cereal, não pretendo reabordar os constrangimentos provocados pela sua penúria crónica. Sobre este problema têm-se debruçado vários autores (Sousa 1989: 102-108, Branco 1987: 41-47, etc.).

No presente contexto parece-me mais pertinente sublinhar uma distinção fundamental entre estas duas mercadorias alimentares.

Pode-se partir do princípio de que a produção insular de grão se destinava ao consumo local, não chegando sequer para o abastecimento regional. É provável a realização de alguns carregamentos marítimos, sobretudo das quotas de colheitas devidas aos senhorios residentes no Funchal — o que remete para o problema do absentismo. Mas também não deve ser excluída a possibilidade desses mesmos senhorios guardarem o seu grão para o pagamento em géneros dos trabalhos efectuados por camponeses, ou mesmo para adiantamentos aos seus «colonos» nos anos em que a penúria atingia gravemente estes últimos. De facto, a «Descrição» não se pronuncia sobre embarques de trigo, centeio ou cevada, referindo com insistência as condições para o carregamento das pipas. Daqui se deduz a importância do vinho, como bem de troca generalizado. A omissão do cereal, traduz a característica conhecida no plano regional.

Voltando à questão acima aflorada do incremento tendencial da área adstrita à vinha, em detrimento das terras de pão, passa a ser mais perceptível a insuficiência do cereal cultivado em toda a ilha, especialmente no lado sul, onde além das vastas áreas de vinhas, se concentrava o grosso da população (cf. Quadro I).

Como consequência destes factos ressalta o carácter intrínseco do vinho, como mercadoria vocacionada para a circulação. Mas no plano ecológico, outros elementos reforçam este argumento.

As videiras tinham uma longevidade considerável, permitindo vindimas anuais <sup>1</sup>. Os terrenos destinados a cereal de pragana exigiam períodos de pousio e lavras para a sua sementeira. Tornou-se anteriormente claro, que as queimadas para preparação destas terras se realizavam em espaços de seis a sete anos. Daqui se depreende ser o vinho um produto com condições naturais de produção garantindo resultados produtivos anuais relativamente regulares e estáveis, e por isso menos sujeitos a riscos incontrolláveis <sup>2</sup>. Oscilações menos prováveis nas vindimas podiam-se equilibrar com as colheitas acumuladas de anos anteriores. Estas características do produto, associadas à relativa facilidade de armazenamento, conservação e transporte, faziam do vinho o bem de circulação preferencial. Nesta perspectiva de análise, compreende-se a existência do tráfego de cabotagem, encaminhando pipas cheias para o Funchal. A cidade constituía o destino para onde convergia o único produto sistematicamente escoado de toda a ilha.

---

<sup>1</sup> G. Forster assistiu à destruição de vinhas a serem substituídas por bacelos novos (Forster 1971: 58).

<sup>2</sup> Sobre riscos previsíveis para as culturas agrícolas: «Nos meses de Maio e Junho todos os anos os nevoeiros consomem uma grande parte das novidades, principalmente as uvas quando estão em flor, cujo nevoeiro forma um cordão em torno da ilha e o centro fica descoberto.» (Almeida 1909: 473). Esta mais uma prova da necessidade de as vinhas ocuparem os terrenos próximos do litoral.

A cidade insular desempenhava uma acção múltipla. Ao acolher o escoamento de um bem padronizado (vinho em pipas), concentrava em si a produção, o que correspondia a uma função de integração económica. Noutras palavras, o Funchal recebia os excedentes das produções embarcadas nas inúmeras pequenas «ilhas» constituídas dentro da «grande ilha», que era a Madeira.

Não foi, por isso, despropositada, nem sequer invulgar, a atitude da expedição de Cook, ao abastecer-se de vinho no porto do Funchal. Era o que esta ilha atlântica tinha para oferecer a qualquer forasteiro — a prova material de uma vocação assumida. Eventuais dúvidas sobre esta realidade macro-regional dissipam-se, se recordarmos a referência feita por Adam Smith (1723-1790) na sua obra «An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations» (1776) à ilha, através deste seu produto tão específico<sup>1</sup>.

As teias do império Britânico haviam absorvido a pequena ilha sob soberania portuguesa no Atlântico. Apesar da sua superfície não atingir sequer os 800 quilómetros quadrados e de ter uma população rondando as 80 mil almas, ela angariara no exterior importância suficiente para se prestar a servir de exemplo nas teorizações dos fundadores do pensamento económico europeu. O comportamento real destes insulares estava subjugado às contingências materiais inerentes a uma orientação ideal voltada para a satisfação de uma vontade digna de Dionísio. A divindade expandira-se para fora do Mediterrâneo.

Comprovado este predomínio europeu não-português, torna-se compreensível a decisão de Louis-Antoine de Bougainville em evitar uma escala na Madeira. Era a aceitação e o reconhecimento de outra esfera de influência económica. Bougainville e Cook partiram da Europa em demanda do sul, rumo ao Pacífico. No Atlântico adoptaram inicialmente uma atitude de evitamento. Um aportou às Canárias, o outro escalou a Madeira. No oceano a conquistar precederam-se.

### 3.2. *Ecologia e hierarquização social*

Dum contexto de navegação longínqua, onde a fama dos navegadores dependia da correcta observação dos astros visíveis no firmamento, regressemos aos trajectos de cabotagem, não menos decisivos para os destinos duma sociedade insular, apostada em prestar culto permanente a uma divindade da Antiguidade.

---

<sup>1</sup> «O vinho Madeira, que não era considerado mercadoria europeia, podia ser transportado directamente para a América e Índias Ocidentais, países que beneficiavam da possibilidade de livre comércio com a ilha da Madeira relativamente a todas as suas mercadorias. Estas circunstâncias provavelmente introduziram o gosto pelo vinho da Madeira, que os nossos funcionários encontraram enraizado em todas as nossas Colónias no começo da guerra de 1755, trazendo-o depois para a metrópole, onde este vinho não estava anteriormente muito em voga.» (Smith 1983-II: 6-7).

Não se pode partir do princípio de que as pequenas embarcações velejando ao longo da costa madeirense, zarpando de uma enseada em busca da próxima, oferecendo a proa à rebentação para largar e receber carga, partiam vazias do Funchal. É improvável que arrais e barqueiros se lançassem nestas pequenas aventuras com algum arrojo de marinha-gem, navegando inicialmente sem lastro, na mira dos carregamentos de pipas garantidos para a viagem de retorno. Atitudes deste tipo contrariariam as mais elementares regras de segurança a bordo e de rentabilidade no empreendimento marítimo. O jogo das trocas, patente na circulação regional de mercadorias, impunha a movimentação de bens nos dois sentidos.

Era assim que o Funchal assumia um papel de fornecedor de víveres diversos, destinados a suprir as insuficiências locais de subsistências. Mas era também da cidade que saíam as pipas vazias, imprescindíveis para recolher os mostos produzidos. Eis a essência do circuito de trocas inter-regional, no qual a cidade representava o nível de redistribuição. Ao circular de toda a ilha para um destino preferencial, o vinho, na sua qualidade de bem material, integrava sítios, lugares, localidades, povoados e vilas dispersos pela ilha. Simultaneamente a sua função integradora gerava desigualdades, fomentando uma diferenciação e uma hierarquização na sociedade insular. Esta constatação obriga a aprofundar alguns aspectos relacionados com o exercício do poder, com destaque para as incidências de conteúdo ecológico.

A realidade quotidiana conjugava elementos vários. Entre eles a dinâmica própria das características do clima, a relacionar com o elemento económico, por sua vez a perspectivar através da inserção da Madeira no comércio atlântico.

As condições climatéricas predominantes nas várias zonas da ilha, ora favorecendo colheitas fartas, ora expondo a fragilidade do sistema de produção de bens alimentares, conduziam ao longo do tempo, ao estabelecimento de tendências na expectativa e nos cálculos que faziam os grupos sociais.

Se um ano de fartura constituía motivo de regozijo generalizado, os de novidade parca eram encarados como um mau acontecimento para a maioria dos madeirenses. Mas qualquer sistema económico incorpora oscilações no fluxo de bens, absorvendo-as numa lógica determinada. Tendo isto em mente, retomo a discussão, introduzindo mais elementos da realidade setecentista insular.

Durante todo o século XVIII, as autoridades preocuparam-se em assegurar um certo controlo sobre a qualidade do vinho.

Uma Ordem do governador datada de 1768 aborda o problema das falsificações, pois a qualidade dos mostos divergiria consoante a origem. Daí a necessidade de exercer vigilância para evitar as desaconselháveis práticas de misturas (Arquivo Histórico Ultramarino, colecção Madeira, n.º 311).

Para além de as autoridades insulares, com este acto de poder, estarem a demarcar uma região vinícola (Branco 1987: 208), davam a saber que, de futuro, os vinhos das freguesias do Estreito de Câmara de Lobos, Canhas, Calheta, Arco da Calheta, Prazeres e Fajã da Ovelha, não mais poderiam ser misturados com mostos de boa qualidade. Os vinhos do sul foram classificados de bons, ao contrário dos produzidos na costa norte. As localidades citadas pertencem quase todas ao sul e ao oeste. Porquê excluí-las da garantia oficial para a qualidade requerida?

Analisando a localização das zonas em causa, verifica-se que as freguesias enumeradas se situam a relativa altitude ou longe da beira-mar. As implicações na produção de mostos estão à vista: falta de abrigo, condições menos propícias em termos de exposição solar. Tanto o norte em geral, como estas áreas voltadas para sul, originam vinhos de menos valor. A desmontagem deste regulamento governativo permite conhecer o quadro de manejo dos recursos ecológicos disponíveis mais adequado à produção de mostos considerados de boa qualidade. E é a citada norma institucional a facultar-nos acesso aos meandros da articulação entre o elemento social e o quadro da apropriação ecológica — uma circulação diferenciada, embora paralela e talvez simultânea, regendo a distribuição do principal bem material produzido por estes insulanos. Se só certas zonas baixas da costa sul estavam aptas a produzirem vinhos de boa qualidade, conclui-se que o norte e o oeste deveriam abastecer um mercado interno, enquanto o sul produzia para a exportação. No plano da diversidade ecológica existente na ilha, pode-se igualmente chegar a mais uma conclusão. O vinho de exportação, o «Madeira» citado por Adam Smith e que James Cook terá provado ao debater-se com as calmarias do Pacífico, era cultivado numa porção bem determinada da pequena ilha atlântica. Formava um nicho específico numa área inclinada, mas não escarpada, quente, porque abrigada, e onde as oscilações anuais de temperatura eram reduzidas. Está determinado, por dedução, outro andar ecológico.

Eis o ambiente que Georg Forster conheceu e a paisagem que palmilhou. Dotado de um clima subtropical, o Funchal, os seus arredores e boa parte da faixa litoral sul, sempre surpreenderam os forasteiros arribados do norte, pela convivência de flora diversa, como bananeiras, cana doce e outras plantas tropicais. Se vindo do norte, a escala no Funchal proporcionava ao viajante europeu a primeira miragem do sul. Mas, se a viagem era de regresso à civilização europeia, certamente que o panorama funchalense, prestava-se a uma reinserção amena nas virtudes da ausência de selvagens.

Será que a «descoberta» de uma faixa ecológica até ao momento invisível, obriga a repensar a argumentação desenvolvida? Parece-me que não, porque os elementos encontrados não entram em contradição com a matéria posta a discussão.

3.3. *Atitudes sociais no manejo de recursos*

O Quadro III apresenta dados já conhecidos, reorganizados de modo a proporcionarem um panorama da produção de vinho (em pipas), apurada por distrito. Está configurada uma ordem crescente dos distritos da ilha, segundo a quantidade manifestada.

O grande número de pipas de vinho oriundas do norte insular salta de imediato à vista. Embora haja novamente que sublinhar estar-se a operar com os elementos de Paulo Dias de Almeida no intuito exclusivo de encontrar tendências, verifica-se que o sul produz aproximadamente um terço das pipas mencionadas para toda a ilha.

Quadro III

Situação	Distrito	Vinho	Cereais
S	Madalena	96	107.0
S	Campanário	130	116.0
S	Caniço	216	237.0
S	Ribeira Brava	358	291.0
S	Ponta do Sol	424	420.0
S	Santa Cruz	523	288.0
S	Machico	841	324.5
S	Calheta	1 060	1 245.0
S	Câmara de Lobos	1 642	92.0
N	São Vicente	1 666	260.0
N	Porto do Moniz	1 733	294.0
S	Funchal	2 846	146.0
N	Ponta Delgada	4 936	312.0
N	Porto da Cruz	5 798	167.0
TOTAIS .....	.....	22 269	4 299.5

Esta disparidade confirma não só a importância da circulação global interna de vinho, como, parece-nos, as determinantes sociais inerentes à apropriação da variedade ecológica da ilha.

Atendendo à estimativa fornecida pelo sargento-mor engenheiro, segundo a qual se embarcariam (exportariam?) entre 16 a 20 mil pipas por ano (Almeida 1909: 487), constata-se uma não coincidência dos quantitativos expressos:

$\text{Pipas [N] } 15.193 + \text{Pipas [S] } 7\ 076 = \text{Pipas [Total] } 22\ 269$
---------------------------------------------------------------------------------------

Este cálculo evidencia um facto: a produção originária das localidades do sul, onde a qualidade dos mostos era superior, e a única indicada para a elaboração dos vinhos de exportação, não era suficiente para satisfazer

a procura externa. Admitindo o recurso a excedentes resultantes das colheitas de anos anteriores, não se poderá esquecer que o processo de fabrico do «Madeira» — a sua transformação em vinho generoso — obriga ao armazenamento prolongado dos mostos, ao seu tratamento gradual e ao seu envelhecimento. A lentidão exigida por esta tecnologia e o rigor no controlo da fermentação dos mesmos, constituíam um considerável empate de capital para os produtores desta mercadoria. Daí ser plausível não ter existido grande flexibilidade nos efectivos de mosto em tratamento simultâneo nos armazéns funchalenses. Mas dadas as inevitáveis oscilações no ritmo das transacções internacionais, terá de ser aceite a hipótese do recurso a mostos estranhos à área demarcada. Isto equivale a aceitar uma prática generalizada de introdução de vinho das zonas oficialmente vedadas, pela pior qualidade do produto.

A necessidade de contrariar disposições legais de protecção de qualidade, surge assim num contexto bastante complexo (Branco 1987: 208).

Ao excluir o oeste e o norte do acesso à produção do «Madeira» o Estado agia em conformidade com normas de garantia do nível da mercadoria exportável; mas ao mesmo tempo dava resguardo institucional a uma estratégia social geradora de constrangimentos no acesso à rede de circulação de um bem de prestígio. Ao hierarquizar a qualidade dos mostos, as autoridades estavam a favorecer os proprietários das zonas abrangidas pela demarcação. Contudo, a pressão da procura externa deve de, em muitos anos, ter obrigado os produtores da área privilegiada a socorrerem-se de mostos vindos do norte, a fim de misturá-los. Ora nestes casos, à margem da lei, certamente que as partes envolvidas consentiam nesta actuação, pela vantagem mútua decorrente. As autoridades não devem de ter feito valer a sua força, tendo na mira o benefício advindo das elevadas receitas alfandegárias, cobradas no momento da exportação. Pelos vistos, a regulamentação oficial funcionava repressivamente só nas épocas de menor procura na exportação, ou quando a produção do sul se revelava suficiente para responder às encomendas destinadas a embarque.

Este mecanismo social regulador da circulação dos vinhos produzidos nos terrenos insulares é um aspecto que invalida abordagens da apropriação da Natureza na ilha da Madeira, como se se tratasse de um simples processo condicionado pela configuração geográfica. A desmontagem duma estratégia de ladeamento pontual das normas existentes, e aparentemente estipuladas a partir de critérios de ordem ecológica, implica a aceitação de que na costa norte existiam locais com condições ecológicas idênticas à zona demarcada no sul. Tal ocorria muito provavelmente em zonas litorais de algumas freguesias do norte e mesmo do oeste. Para além das citadas pelo documento oficial, — e, por isso, suspeitas de disporem dessas condições ecológicas favoráveis — há que pensar nas de Ponta Delgada, do Arco de São Jorge, do Porto da Cruz, e eventualmente na parte inferior do vale de São Vicente.

As elevadas produções nortenhas manifestadas no documento estariam desta forma explicadas, e os elogios tecidos por Paulo Dias de Almeida indirectamente justificados.

Do conjunto do material de arquivo utilizado, o vinho é o alvo preferencial das preocupações. Por isso, é importante dispôr de um contraponto nesta discussão.

A batata elucida-nos sobre um contexto diferente. Da ameaça quase constante para a subsistência da população, que significava a penúria de cereais, faziam-se as autoridades repetidamente eco <sup>1</sup>. Tendo em conta a forte oposição da aristocracia ao incremento da produção cerealífera, verificam-se na segunda metade do século XVIII tentativas pontuais por parte dos governadores para introduzir e popularizar a plantação da batata. Algumas referências são-nos fornecidas uma vez mais por Paulo Dias de Almeida. Do seu relato ficamos a saber que, por iniciativa de um Corregedor <sup>2</sup>, a cultura desta planta foi introduzida na ilha, começando-se então a semeá-la em Machico (Almeida 1909: 480). Depressa terá sido a principal fonte de sustento em várias freguesias, com especial destaque para a de Santana (Almeida 1909: 479). Em meados do século XIX era considerada unanimemente como pilar da subsistência camponesa (Menezes 1852: 134, Schacht 1859: 71-72). Um autor britânico enumerou na mesma altura as razões que transformaram este produto agrícola no suporte alimentar da população <sup>3</sup>. No contexto em apreço, interessa reter não tanto a rapidez da sua implantação pela ilha, mas sim o facto de tal

---

<sup>1</sup> Sobre este tema e, para além dos autores já referenciados ao longo do texto (Sousa 1989, Branco 1987), parece-me elucidativa a citação seguinte, por traduzir o comportamento da aristocracia insular, ligada aos interesses comerciais: «as posições pretensamente pioneiras no campo do fomento agrícola parecem contrariar os interesses comerciais da exportação de vinho Madeira, em que os Ingleses detinham posição predominante. Com efeito, os exportadores de vinho eram também importadores de bens de consumo. Era sua vantagem comercial que se produzisse mais vinho, o que lhes possibilitaria um maior contingente de tráfego ou, caso não fosse exportado, uma inevitável redução de preço de custo. Por outro lado, numa terra com áreas agrícolas limitadas, plantar mais vinha significava reduzir espaço para outras culturas, daí resultando a necessidade de suprir as carências resultantes com maiores importações de produtos alimentares, o que permitiria aos comerciantes um substancial aumento de lucro.» (Loja 1986: 402).

<sup>2</sup> Trata-se muito provavelmente de António Rodrigues Veloso de Oliveira, que desempenhando o cargo de corregedor durante vários anos na Madeira, parece ter sido uma personalidade interessante e cuja actuação se caracterizou por uma série de propostas para o fomento agrícola insular. Os seus relatórios sobre o estado da ilha constituem uma fonte rica sobre o comportamento dos camponeses e o quotidiano da vida rural em geral (Branco 1987: 210, Loja 1986: 429, Silva & Menezes 1984-III: 10).

<sup>3</sup> «The potato is naturally, well suited to the light soil of Madeira, and is amongst the few articles of human food which can be cultivated, successfully, in the mountains. If water and manure could be procured, three crops might be grown on the same ground in the same year. Great numbers of the poorer classes, especially in the remoter districts, have been accustomed to trust to this vegetable for their chief support; (...)» (Peacock 1850: 244).



não ter anteriormente ocorrido com o cereal. Tanto o testemunho setecentista, como o do século seguinte fornecem a resposta. A batata não era, em termos de ocupação do espaço uma concorrência para as vinhas, pois desenvolvia-se melhor nos terrenos de altitude (Schacht 1859: 71). Comprova-o a realidade emergente noutros locais; na freguesia de Santana critica-se a atitude dos camponeses não hesitarem em cortar o arvoredado no alto das serras para acondicionarem batatais (Almeida 1909: 479); mas junto à ribeira do Seixal fez-se o aproveitamento dos respectivos cimos planos para o mesmo efeito (Almeida 1909: 477-478). A expansão rápida não se confinava unicamente ao lado norte. Na Camacha, próximo ao Funchal, as colheitas eram abundantes, segundo uma fonte de 1813 (Arquivo Histórico Ultramarino, coleção Madeira, n.º 12465).

As condições de introdução deste cultígeno na Madeira, permitem afirmar que ele representou, em termos de apropriação social da Natureza, a abertura de um novo andar ecológico. Passava a ocupar-se agricolamente uma faixa de altitude, relativamente fria, sujeita a nevoeiros densos. A sua utilização veio ao encontro das necessidades de sobrevivência da maioria da população camponesa, ou seja dum grupo que socialmente sofria as consequências das vinhas constituírem a base material do poder da aristocracia insular <sup>1</sup>.

Através de produtos agrícolas distintos, detectaram-se destinos e posições diferentes na sociedade. Porém, outros pormenores ajudam a aprofundar os aspectos relacionados com o factor ecológico, como elemento regulador e estruturante de relações entre grupos sociais. Precisamente da comparação entre homogeneidade e heterogeneidade dos cultígenos plantados verificar-se-á uma diferença susceptível de fundamentar uma hipótese de trabalho.

As referências a uma distinção clara no modo de cultivar a vinha nas duas partes da ilha são numerosas e concordantes (Almeida 1909:473, Corvo 1854: 14). Na costa sul as videiras desenvolviam-se sobre grades horizontais a alguns palmos do chão, ou sem apoio, dominando a plantação em socalcos. No norte, aproveitavam-se as árvores de grande porte, para as susterem no seu crescimento e desenvolvimento (Bowdich 1825: 52, Schacht 1859: 45-46) <sup>2</sup>. Destas informações podem retirar-se elementos interessantes.

<sup>1</sup> Embora se possa falar duma difusão rápida, não deixa de ser pertinente considerar uma reflexão do Inspector Geral de Agricultura: «Uma providência chama outra; diminuindo assim a necessidade da lenha, é indispensável acudir a tantos infelizes que vivem daquele trato. Cumpre dar-lhes outros meios honestos de subsistência; estão também achados, em se facilitando a cultura da batata inglesa (semilha) ainda mal propagada apesar de se dar bem em toda a ilha, porque nos vem muito barata de fora e não faz grande conta cultivá-la.» (Arquivo Histórico Ultramarino, coleção Madeira, n.º 6964, 22/04/1822).

<sup>2</sup> «I reached the middle of St. Vicente, or rather Sta. Magdalena, which seemed to be a separate village by four o'clock; and having rested a little, I determined to follow the banks of the torrent to the sea, which did not appear to be more than two miles distant. The vines, trained around the lofty chestnut trees, crossed the road from one to the other, interlacing like a natural trellis work, to shelter the road from the sun, and reminding me of the creeping plants which connect whole forests in Africa.» (Bowdich 1825:52).

No sul da Madeira as extensas vinhas eram plantadas muitas vezes em sistema de terraços, a fim de aproveitar as encostas em declive, contrariando-se deste modo a erosão. O modo de disciplinar e orientar o crescimento é revelador do seu papel na sociedade. Ao se desenvolverem sustentadas por grades baixas, ou destituídas de apoio, ocupavam todo o espaço circundante, não dando oportunidade de aproveitamento simultâneo dos «jardins» para outros produtos. Monopolizavam a área, a fim de gozarem plenamente a exposição ao sol. Sem a concorrência de outros cultígenos, não tinham sequer de repartir a pouca humidade disponível. A paisagem estava talhada e os elementos ecológicos moldados em função do máximo rendimento de uma produção.

No norte predominava um tipo de aproveitamento caracterizado pela heterogeneidade de produções num mesmo espaço. Isto equivale a admitir ter-se nesta região insular praticado um sistema próximo de uma policultura associada.

Esta flexibilidade na apropriação dos recursos do ambiente pode ter dificultado inicialmente a propagação das grandes doenças que na primeira metade do século XIX arrasaram o sistema de produção agrícola madeirense. Assim seria importante investigar em que medida as vinhas do sul foram as primeiras a sucumbir às moléstias (o oídio em 1852, a filoxera em 1872), arrastando depois as do norte. E, nesta ordem de ideias, tentar determinar se a epidemia que liquidou os batatais insulares teve início no norte, onde este produto se expandira primeiro, e num regime de monocultura.

Comprovando-se tais hipóteses, estaríamos perante mais uma situação em que a análise do manejo dos recursos naturais entreabre aspectos reveladores da articulação entre o modo material de produção e o processo social de apropriação da Natureza.

#### 4. Observações finais

O ponto de partida para este trabalho foi o enquadramento comparado de insularidades oceânicas. Uma primeira operação permitiu posicionar a Madeira setecentista, como uma ilha conhecida e integrada no quadro mental europeu da época. Ao contrário do que sucedia com outras paragens insulares noutros oceanos, os testemunhos consultados, porque tidos por mais representativos, proporcionam uma visão orientada para o enaltecimento da beleza paisagística, num processo de dissociação entre a Natureza e a Sociedade. Os Jardins Suspensos de Babilónia são reencontrados no Atlântico.

O recurso à Antiguidade reflecte a mira do forasteiro, que assimila a ilha através duma escala integrada numa rota iniciada na Europa e cujo destino final é o desbravamento do horizonte europeu para além do Atlântico. A distância relativa deste olhar privilegia a percepção da variedade

dos quadros naturais visitados, em detrimento da reflexão sobre os aspectos de organização da vida social. A inesperada arquitectura, reveladora da apropriação social dos recursos ecológicos, é referida na sua componente monumental.

Este olhar forasteiro não se caracteriza por distorção devida a superficialidade. Abrange pormenores importantes, aos quais os autores dos relatos ou das obras científico-literárias não dão desenvolvimento aprofundado. O pensamento europeu daquele período parece apostado em elaborar uma auto-reflexão discutindo elementos exóticos, porque considerados de maior estímulo à curiosidade. Para eles, a Madeira não é exótica.

O vinho madeirense é objecto de referências e, no fundo, a razão da celebridade insular nos meios norte-europeus radicados em ambos os lados do Atlântico. Esta mercadoria estabelece a ligação com a visão nativa da própria realidade. A perspectiva interna não alude à beleza natural em que assenta, alimenta-se exclusivamente do esforço para produzir mais mostos. Estamos perante duas memórias escritas, que coexistiram em paralelo, ignorando a primeira quase a outra. Analisadas em conjunto, revelaram-se complementares, porque detêm os ingredientes fundamentais para empreender uma viagem às entranhas da vida insular.

O trajecto traçado assentou na disparidade de perspectivas. Enquanto os forasteiros pintavam um quadro de encantamento e de sossego inesperados, da visão nativa transparece um permanente desassossego. Os louvores de uns são correspondidos do outro lado por imposições para a promoção das vinhas e angústia perante a ameaça real da penúria alimentar.

Paisagem, produção. Dois elementos inicialmente desarticulados, a partir dos quais foi possível estabelecer o enunciado para determinar o modo de apropriação dos recursos ecológicos. Assimetrias várias, patentes em dados estatísticos elaborados na época em causa, revelaram-se como secundárias. Em toda a ilha da Madeira foi implementado um modo de apropriação dos recursos ambientais, caracterizado pela neutralização sistemática e consciente da diversidade de andares ecológicos proporcionada pela Natureza. Pode-se falar duma uniformização tendencial do ordenamento territorial, levado a cabo por um grupo social minoritário, a fim de garantir as melhores condições para a produção de um único bem: o vinho. Foi uma estratégia de correcção e apagamento da amplitude do leque ecológico disponível, com consequências fundamentais para a população, na medida em que dela resultou a anulação de nichos ecológicos, que teriam assegurado uma produção agrícola diversificada. A especialização global da ilha numa só produção implicou prescindir quase por completo de outros produtos, nomeadamente os destinados à subsistência dos habitantes. Pressupôs a subalternização dos cereais e o desaproveitamento da água. Este o âmbito que pautou um «ideal de inspiração dionisíaca» na sociedade madeirense. Encontramo-nos perante uma lógica perceptível em duas das suas vertentes básicas: a das relações sociais entreabrindo a da selecção e aplicação dos recursos ecológicos.

Em termos de modo material de produção, interessa aqui resumir o quadro estrutural em que ele se inseria. A desmontagem interna da vocação encontrada e assumida pela sociedade insular revelou a existência de eixos perpendiculares no universo madeirense, actuando socialmente no espaço, a fim de ordenar o respectivo processo de apropriação. Uma incidência vertical caracterizava a transformação directa dos recursos naturais disponíveis. A produção agrícola cobria potencialmente os vários andares ecológicos, mas a gestão implementada favorecia uma única cultura. Desta forma, a diversidade de contextos ambientais disponíveis era reduzida e moldados os respectivos recursos naturais no sentido duma sua uniformização. Aniquilada a concorrência às vinhas, estas podiam-se espalhar por todo o perímetro litoral da ilha, galgando irregularmente em altitude; é de admitir como provável que na costa norte, em locais mais altos, mas relativamente abrigados, elas tenham ainda produzido mostos fartos, embora menos consistentes.

Vista de perfil, a ilha assemelhava-se a um cabeço rochoso imenso, implantado no oceano. Guarnecia-o a «franja dionisíaca», lembrando uma fita frontal de cor esverdeada ao longo de quase todo o ano. A descoberto ficavam as vertentes muito inclinadas, despidas de vegetação, sustentando os cimos dos picos. Uma tal edificação paisagística podia induzir o observador desprevenido a um equívoco de interpretação. A faixa vitícola construída na Madeira abafava o retalhamento territorial vertical atrás referido. A configuração montanhosa que dominava o interior insular, favoreceu as comunicações por mar. Em redor de toda a costa, os pontos propícios à movimentação de mercadorias foram transformados em locais para onde era drenada a produção de mostos obtida na área circundante. Este processo de escoamento por drenagem múltipla e paralela culminava no enchimento das pipas.

A fase seguinte nesta arquitectura de eixos espaciais implicava uma alteração de sentido. Gerava-se uma forma de circulação, cuja característica consistia na orientação horizontal imprimida ao fluxo de bens. Enquanto a massa terrestre compacta tendia a fomentar a dispersão, a separação e isolamento entre os núcleos de habitantes da ilha, o mar unia-os, porque estimulava e garantia o estabelecimento de circuitos de trocas intrainsulares. O Funchal era o destino interno e o termo final provisório derivado desta esquadria de eixos estruturantes da base material, em que assentava o sistema social madeirense. Uma particularidade regia o âmbito global deste movimento. Ele não estava definido somente por parâmetros independentes da vontade humana, expresso nos interesses dos grupos sociais. As orientações espaciais verificadas não impunham uma cadência rígida e inalterável à vida dos ilhéus. O cenário dos factores era outro. Em primeiro lugar, a sociedade insular reagia ao ritmo descontínuo marcado pelos resultados das vindimas. Segundo, a navegação de cabotagem dependia das condições de aproximação aos embarcadouros; estas eram particularmente perigosas na época das levadias, pois punham em perigo a segurança de embarcações e cargas. Terceiro, a demanda do porto do Funchal — o único aberto ao exterior — nos meses de Inverno

era arriscada, porque os ventos predominantes tornavam perigoso o fundeamento dos veleiros transoceânicos, ameaçados de serem despedaçados contra a costa ou de encalharem. A conjugação destes elementos da Natureza, em princípio incontroláveis para o Homem, acabava por ser socialmente absorvida. Deste modo o ritmo estrutural era acompanhado por um outro, conjugando-se ambos numa relação privilegiando a vertente resultante do comportamento social e das atitudes humanas na sua acção sobre os recursos naturais disponíveis. Aos ritmos estruturais há, pois, que acrescentar cadências irregulares. Analisados na globalidade evidenciam o cariz social doseador dos constrangimentos que caracterizam os sistemas sociais.

Constituíam-se assim uma realidade paradoxal. Os imprevistos da Natureza, tais como os caprichos das marés, as surpresas do tempo ou as vicissitudes do mar próprias dos equinócios, sofriam uma metamorfose, quando transpostos para o nível das relações entre grupos sociais: geravam o factor risco ou da incerteza, geridos diferenciadamente, porque funcionando como mediadores dessas mesmas relações sociais. Idealmente sempre presentes, eles marcavam os destinos da população.

Neste sentido retomemos o papel desempenhado pelo Funchal. Ao centralizar o produto preferencial trazido de toda a ilha, a cidade assume-se como instância de integração insular. Na medida em que detém o exclusivo dos contactos com o exterior, graças à actividade de exportação de vinhos, garante simultaneamente o monopólio das trocas feitas com os forasteiros. Visto serem estes a trazerem para a ilha os víveres de que carecem os habitantes, fecha-se desta forma o circuito. Ao ter de prescindir da produção de alimentos, a maioria dos ilhéus entrega-se a um destino, do qual depende a sua sobrevivência. Esta passa a estar assegurada pela especialização num único produto. Constata-se através deste mecanismo a importância do vinho, que se transforma num bem universal no plano insular. Na qualidade de bem alimentar, gera um circuito interno de trocas; na de bem de prestígio, assegura o domínio minoritário dos morgados;<sup>1</sup> e, na de bem

<sup>1</sup> Sobre a questão dos morgadios pouco se tem investigado em Portugal, nomeadamente as implicações deste sistema de detenção e transmissão da propriedade. No que respeita à Madeira seria interessante verificar em que medida os mostos introduzidos das áreas proibidas, a fim de serem misturados com os do sul, não provinham de propriedades pertencentes ao mesmo morgado, estabelecendo-se assim uma convivência peculiar. Pode igualmente ser admitida a hipótese de proprietários diferentes; mas, mesmo neste caso, e dada a dimensão da ilha, o tamanho dos morgadios (uma instituição tendente a fomentar a concentração da terra como bem indivisível e um recurso institucionalmente escasso na sociedade), e o facto de os morgados em finais de setecentos não ultrapassarem as duas centenas, seria importante investigar em que medida a circulação de mostos de norte para sul se processava preferencialmente através destes canais de parentesco. Confirmando-se esta suposição, a ordem do governador poderia precisamente reforçar tensões no seio deste grupo social, ou então demonstrar a existência de períodos de grande concorrência dentro da aristocracia. Por último, é legítimo supor que no plano das relações sociais, a instituição do morgadio tenha implicado uma estratégia matrimonial assumida, originando uma circulação restrita de pessoas. Sobre os aspectos sócio-culturais relacionados com a organização familiar implícita ao morgadio e o índice de consanguinidade, estudados a partir de algumas amostras de diferentes regiões do País, consulte-se um artigo de Manuel L.R. Areia (1986).

de troca garante uma função conversora entre os grupos sociais insulares, mas também com o exterior.

Ao partir dos jardins suspensos procurou-se detectar os aspectos menos visíveis dessa realidade. A sua desmontagem mostrou tratar-se aquela paisagem numa edificação empreendida tenazmente por uma sociedade subjugada a um espírito digno dos mais fiéis súbditos de Diónisos. Na sua visão, os socalcos erigidos representariam porventura um imenso altar, destinado a prestar culto à divindade, cuja protecção haviam procurado. Era completa a dedicação à entidade invisível. A quem os visitasse, provavam os madeirenses a sua incondicional entrega à causa dionisíaca, mostrando a ilha transformada em templo de labuta, contemplação e veneração. Da sua completa abnegação, nenhum forasteiro bem intencionado podia duvidar, perante a evidência da paisagem. O desejo de transformar o sacrifício colectivo num acto permanente, havia-os levado a optar pelo risco de reduzir a produção alimentar. Para não sucumbirem à fome, e no intuito inabalável de manterem activo o culto, decidiram viver de dádivas de comida trazidas pelos inúmeros forasteiros <sup>1</sup> que, de paragens longínquas vinham à ilha adquirir porções do excedente do néctar divino. Tais hóspedes fugazes eram um mal necessário para os madeirenses. Para além de não professarem a mesma religião, profanavam o líquido produzido no templo, manipulando-o como simples objecto para obtenção de lucro. Do ponto de vista desses forasteiros, a relação mantida nessa altura com povos insulares, quer se tratasse de madeirenses ou de havaianos <sup>2</sup>, assentava num pressuposto ambivalente. Por um lado estavam ambos prisioneiros de ideias próprios que lhes norteavam a sociedade. Pelo outro, e numa óptica pragmática, havia uma distinção a fazer. Enquanto os ilhéus atlânticos se debatiam, já irremediavelmente amarrados à armadilha da sua lógica de trocas, os polinésios tinham ainda de a ela ser atraídos e convencidos para a sua aceitação. A contra-prestação encontrava-se em aberto.

---

<sup>1</sup> «(...) resultam danos consideráveis, não só para a Saúde Pública, como aos interessados no Comércio: sendo aqueles, alimentar-se o povo de carnes salgadas, assim como de arenques, bacalhau, e salmão também salgados, que nos vendem os Ingleses; o que tudo concorre muito para se conservarem e aumentarem as doenças de pele; algumas delas incuráveis, como lepras de várias espécies; bem que grande parte destes contágios provenha também da pouca vigilância dos Magistrados, e dos Párocos, em consentirem, uns a promiscuidade dos infectados com osãos, e todos em tolerar que se casem; (...)» (Arquivo Histórico Ultramarino, colecção Madeira, n.º 998 [1798]).

<sup>2</sup> É evidente aqui a presença do elemento comparativo. Ele foi, aliás, introduzido na construção da temática tratada. Não deixa de ser no entanto importante chamar a atenção para a investigação desenvolvida por John Murra, nomeadamente no seu artigo sobre sistemas sócio-económicos andinos (1975), onde a leitura social do factor ecológico, em termos de modelo de análise, ultrapassa o âmbito etnográfico a que se circunscreveu aquele autor. Investigadores de outras regiões têm-se socorrido das ideias elaboradas por J. Murra. Consulte-se Picon (1986). Relativamente a materiais recolhidos em «terrenos portugueses», nota-se a quase ausência do seu tratamento comparado. Uma excepção constitui O'Neill (1987).

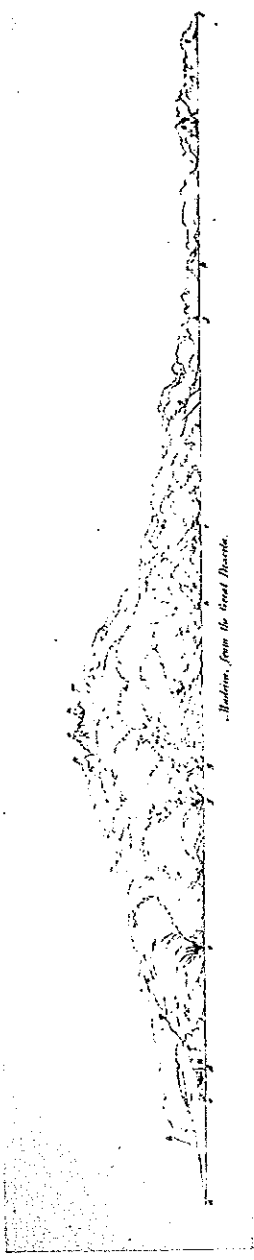
A desmontagem de alguns dos aspectos inerentes ao modo material de apropriação dos recursos ecológicos revela-nos os parâmetros em que os madeirenses produziam uma determinada sociedade. Faziam-no plantando vinhas e misturando mostos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, EDUARDO DE CASTRO E (1909) Madeira e Porto Santo. II. 1820-1833. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ALMEIDA, PAULO DIAS DE (1817) Descrição da Ilha da Madeira em geral e cada huma de suas Freguezias, Villas e Lugares em particular. Suas producções, numero de fogos e seus habitantes, e estado actual de suas Fortificações, acompanhada de estampas, referindo-se ao Mappa Geral da mesma Ilha. in: Almeida 1909: 473-487.
- AREIA, MANUEL L.R. DE (1986) «Aspects socio-culturels de l'étude de la consanguinité dans les communautés rurales du Portugal» *Revista de Antropologia*, 29: 135-144.
- BOWDICH, THOMAS EDWARD (1825) Excursions in Madeira and Porto Santo, during the autumn of 1823, while on this third Voyage to Africa. Londres: George B. Whittaker, Ave-Maria Lane.
- BRANCO, JORGE F. (1983) «Ruralidade insular: a desagregação de comunidades tradicionais na Madeira (Esboço de problemática)» *Análise Social*, n.º 77-78-79: 635-644.
- (1985) Bauernarbeit im mediterranen Alltag. Agrikultur und Umweltgestaltung auf der Inselgruppe Madeira (1750-1900). Berlin: Reimer Verlag (Mainzer Ethnologische Arbeiten, 4).
- (1987) Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900). Lisboa: D. Quixote (Portugal de Perto, 13).
- (1989) «Da análise de contextos materiais» *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 29: 149-169.
- (1990) «Factor ecológico e hegemonia política: questões em torno da Madeira (séculos XVIII-XIX)» *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*: 285-290. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- (1990a) «Entre a imagem e a realidade: reflexões em torno da Madeira como experiência antropológica» *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, I: 270-304. Funchal: DRAC.
- BRITO, RAQUEL S. DE (1955) A ilha de São Miguel. Estudo geográfico. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- BUWLER, JAMES (1827) Views in the Madeiras. Londres: C. & J. Rivington.
- CORVO, JOÃO ANDRADE (1854) Memória sobre a mangra ou doença das vinhas, nas ilhas da Madeira e do Porto Santo. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- FIEDLER, H./S. SCHEIBE/E. GERMER (1975) Georg Forster. Woerlitz: Staatliche Schloesser und Gaerten Woerlitz, Oranienburg und Luisium.
- FORSTER, GEORG [1784] (1971) Werke in vier Baenden. I. Reise um die Welt. Editado por Gerhard Steiner. Leipzig: Insel-Verlag.
- GERMER, ERNST (1975) Zu Georg Forsters Polynesien-Sammlung von Woerlitz. In: Fieder/Scheide/Germer 1975: 61-92.
- GODELIER, MAURICE (1984) L'idéal et le matériel. Pensée, économies et sociétés. Paris: Fayard.
- IZARD, MICHEL & PIERRE SMITH (1979) La fonction symbolique. Paris: Gallimard.

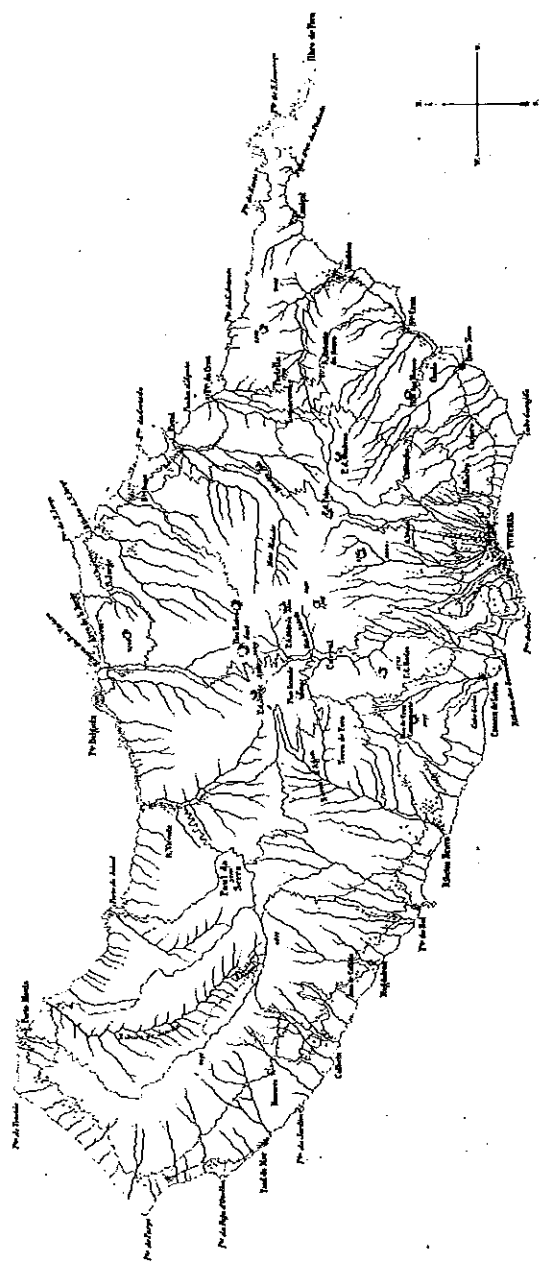
- KAEPLER, ADRIENNE (ed.) (1978) *Cook Voyage Artifacts*. Honolulu: Bishop-Museum Press (Bishop-Museum Special Publications, 66).
- LOJA, ANTÓNIO E.F. (1986) *A luta do Poder contra a Maçonaria. Quatro perseguições*. Lisboa: INCM.
- MASON, J.A. (1850) *A Treatise on the Climate and Meteorology of Madeira*. Londres: J. Churchill.
- MAURO, FRÉDÉRIC (1960) *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle*. Paris: SEVPEN.
- MEDeiros, CARLOS A. (1967) *A ilha do Corvo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- MENEZES, SERVULO DRUMMOND DE (1849-52) *Uma época administrativa da Madeira e no Porto Santo*. Funchal: Typ. Nacional [3 vols].
- MITTERMEIER, KARL (1864) *Madeira. A coloured Map, showing the outlines of the mountains; with accompanying outline Map, giving the name of localities above the sea*. Darmstadt: Jonghans.
- MURRA, JOHN V. (1975) *Formaciones económicas y políticas del mundo andino*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- MUSEUMSGRUPPE (1979) *Mit Johann Waeber in der Suedsee*. Berna: Bernisches Historisches Museum.
- O'NEILL, BRIAN J. (1987) «*Pul Eliya in the Portuguese Mountains. A Comparative Essay on Kinship Practices and Family Ideology*» *Sociologia Ruralis*, 27,4: 278-303.
- PICON, F.-R. (1986) «*De l'Asir et des Andes*» *Techniques & Culture*, 7: 237-259.
- PEACOCK, GEORGE (1850) *Agriculture and Tenure of Land in Madeira*. In: *Mason 1850: 225-284*.
- RIBEIRO, ORLANDO (1949) *L'île de Madère. Étude géographique*. Lisboa: CIG.
- (1954) *A ilha do Fogo e as suas Erupções*. Lisboa: (Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, série geográfica, 1).
- SAHLINS, MARSHALL (1979) *L' Apothéose du capitaine Cook*. In: *Izard & Smith 1979: 307-343*.
- (1981) *Historical Metaphors and Mythical Realities*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- (1985) *Islands of History*. Chicago/Londres: University of Chicago Press.
- SCHACHT, HERMANN (1859) *Madeira und Teneriffa mit ihrer Vegetation. Ein Bericht an das Koeniglich Preussische Ministerium fuer landwirtschaftliche Angelegenheiten*. Berlin: G.W.F. Mueller.
- SILVA, FERNANDO A. DA/C.A. MENEZES (1984) *Elucidário Madeirense*. Funchal: DRAC [2.<sup>a</sup> ed. 1946].
- SMITH, ADAM (1983) *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. [Tradução e notas de L.C. de Aguiar]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SOUSA, JOÃO J.A. DE (1989) *O Movimento do Porto do Funchal e a conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns aspectos*. Funchal: Secretaria Regional de Turismo, Cultura e Emigração.
- TENREIRO, FRANCISCO (1961) *A ilha de São Tomé. Estudo geográfico*. Lisboa: (Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 24).
- WOLF, ERIC R. (1982) *Europe and the People without History*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.





*Madaira, from the Great Atlantic*

**MADEIRA** dargestellt von Mittermaier.



1:100,000 Maßstab

Ilustração n.º 1 e n.º 2

MADEIRA (L. 30. 311) des. V. G. B. B. B. B.

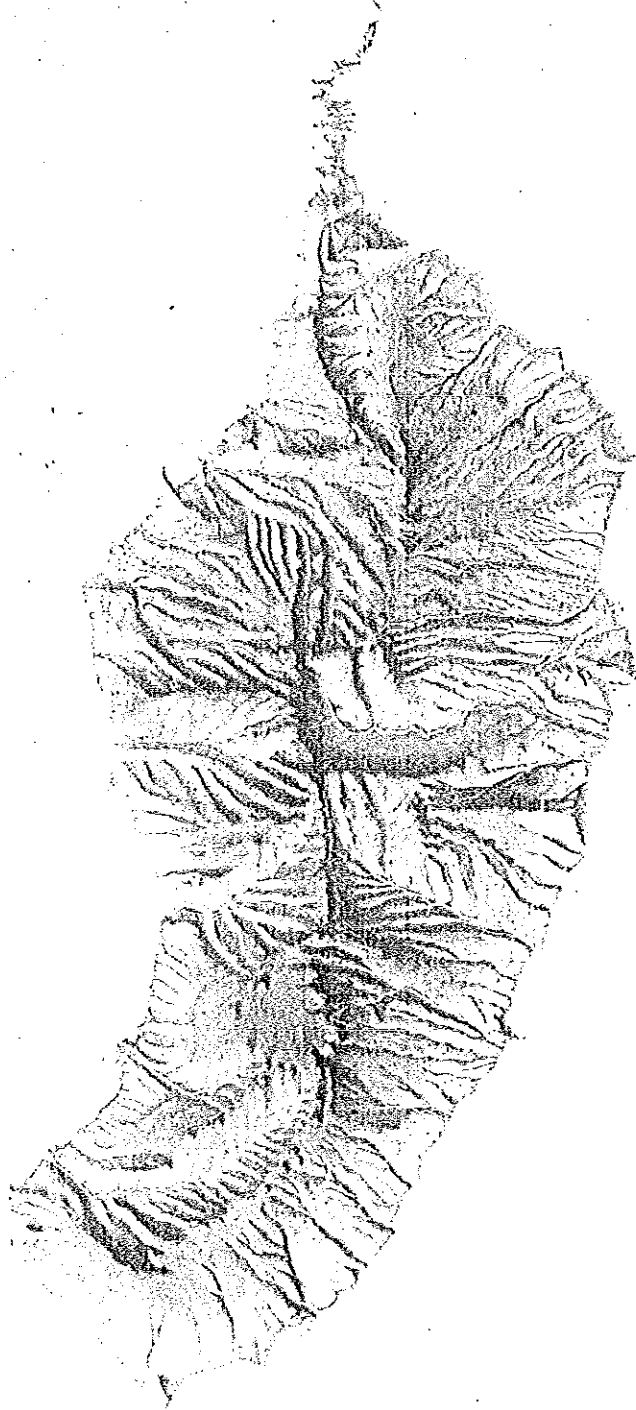


Ilustração n.º 3.